

"Inteligência informacional" e Ciência da Informação: um esboço de trajeto

Icléia Thiesen*

Resumo Na continuidade das pesquisas empreendidas com a finalidade de caracterizar a informação na pré-história da Ciência da Informação, vimos buscando marcos documentais e sua traçabilidade, a fim de identificar elementos conceituais inerentes à formação desse saber que se institucionalizou, mas especialmente dos pré-saberes existentes em suas bases epistemológicas nem sempre evidentes. Nesse movimento de análise das fontes primárias e secundárias, torna-se oportuno esboçar alguns elementos conceituais oriundos da historicização da personagem conceitual mais cara aos estudos da área: a informação. No pressuposto de que os conceitos respondem a inúmeros problemas e participam de uma co-criação, a identificação, análise e caracterização de tais elementos conceituais consistem em esboçar os contornos dos dispositivos que conformam e legitimam o que denominamos de inteligência informacional. Resultados provisórios nos permitem afirmar que essa noção tem um caráter ainda difuso nas pesquisas da área cuja episteme carece de pesquisas mais verticais que contemplem outros aspectos dos regimes de verdade que co-habitam a formação do campo de estudos da Ciência da Informação.

Palavras-chave inteligência informacional; documento; traçabilidade

“Informational intelligence” and Information Science: an outline of a stretch

Abstract In continuity with the research undertaken for the purpose of characterizing the information on the prehistory of Information Science, we have sought documentary landmarks and their traceability in order to identify conceptual elements inherent to the formation of this knowledge that has been institutionalized, and especially of the existing pre-knowledge in its not always evident epistemological basis. In the analysis of primary and secondary sources, it is appropriate to outline some conceptual elements issuing from the historicity of the most important concept for studies in the area: information. The assumption that concepts respond to numerous problems and participate in a co-creation, the identification, the analysis and the characterization of these conceptual elements consist in sketching the outlines of the devices that conform and legitimize what we call informational intelligence. Provisional results allow us to assert that this notion has a still diffuse character in research within this area where the episteme still lacks more vertical research that includes other aspects of the regimes of truth that co-inhabit the formation of the field of studies in Information Science.

Keywords informational intelligence; document; traceability

* Doutora em Ciência da Informação pelo convênio UFRJ/ECO - CNPq/Ibict e professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Endereço postal: Unirio, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Av. Pasteur, 458, 2º andar, Urca, Rio de Janeiro, CEP. 22290-240. Tel. (21) 2542-1414 e e-mail: icleiathiesen@gmail.com.

Introdução

As ciências se instituem ao longo de processos históricos e epistemológicos a partir de pré-saberes formadores de ideias que lhes são pressupostas. Identificá-los constitui um desafio, pois requer investigações desenvolvidas para além do que os olhos veem. No âmbito das etapas de validação do campo científico, cuja duração é incerta, podem ser recuperados alguns aspectos de sua episteme encobertos por outros mais evidentes que, por responderem a problemas mais urgentes, acabam se destacando nas frentes de pesquisa.

A interdisciplinaridade contribui para a expansão dos saberes na medida em que permite buscar em outras formações discursivas elos que podem iluminar questões pertinentes a diferentes campos pré-conceituais. Nesse sentido, a história estabelece pontes fundamentais entre as disciplinas, quando se trata de compreender suas bases constitutivas, para além do conhecimento já validado.

Este trabalho se insere no âmbito da pesquisa *A informação na pré-história da Ciência da Informação: pré-conceito, natureza, episteme*¹ e visa esboçar a concepção de inteligência informacional em seus aspectos ainda difusos, mas nem por isso menos relevantes para o campo de estudos da informação, em especial no que diz respeito à pré-história da Ciência da Informação. Ganhar evidência, saindo da invisibilidade e da opacidade, poderá constituir uma contribuição às bases históricas e epistemológicas da área. Associado via de regra a outros saberes, tais como os das ciências políticas, criminológicas e judiciárias, o saber informacional produzido com atributos e objetivos de inteligência acaba escapando aos contornos identitários que se encontram configurados na pré-história da Ciência da Informação.

Caracterizar esse conceito, historicizar seus marcos institucionais, analisar os regimes de verdade que lhe são pressupostos constitui o desafio desta fase da pesquisa². Conforme podemos apreender em Werner e Zimmermann, os cruzamentos da história oferecem uma “caixa de ferramentas” para além das ciências históricas, podendo ser “operacional em numerosas outras disciplinas que cruzam perspectivas do passado e do presente”. Historicizar significa, para os autores, “articular o dado fundamental da flexibilidade com as temporalidades múltiplas que entram na construção do objeto, desde que o consideremos como uma produção situada no tempo e no espaço”. (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.25).

É relevante considerar os regimes de verdade enquanto efeitos específicos de discursos verdadeiros. Se “cada época tem seu regime de verdade”, como assinala Michel Foucault, importa também identificar “os discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade” (FOUCAULT, 1993, p.13). Associado ao conceito de dispositivo, um regime de informação, tal como definido por González de Gómez (2003, p.61), ganha precisão como

modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades

¹ A referida pesquisa tem apoio do CNPq e teve início em 2009. Conta, ainda, com o apoio de três bolsistas de iniciação científica, cujos subprojetos estão associados ao tema central do projeto.

² Alguns desses eventos históricos relacionados às questões informacionais vêm sendo caracterizados em trabalhos anteriores e serão citados, de forma sucinta, no decorrer do texto sempre que forem esclarecedores das ideias aqui tratadas.

informativos e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder.

O campo de estudos da Ciência da Informação tem seus pilares de temporalidade colocados tanto no passado, em pesquisas históricas e epistemológicas, quanto no presente mais concreto, suscitada a perscrutar o universo digital, a informação e a comunicação, as mediações as mais diversas. A riqueza da área é também um grande leque de problemas a serem por ela equacionados, talvez sua grandiosidade mais inelutável (THIESEN, 2010a).

O presente trabalho se desenvolverá a partir da análise histórica de elementos conceituais identificados ao longo do tempo decorrido na pesquisa, assim como através das relações entre pré-saberes³ e saberes formalizados e legitimados como constituintes das ciências que se formaram nas eras moderna e contemporânea. Foucault caracteriza o saber como “conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar” (FOUCAULT, 1987, p.206). Complementando a explicação, o autor assinala que “há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso do vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Portanto, a arqueologia tal como vista por Foucault percorre o eixo “prática discursiva – saber - ciência”.

É importante discutir processos e técnicas de identificação social implementados ao longo do tempo, desde o antigo regime, para estabelecer formas de disciplina e controle dos indivíduos na sociedade, o que poderá facilitar a compreensão da equação segurança – liberdade - vigilância, nos fluxos e refluxos da implantação progressiva de formas de inspeção e controle social, assim como as resistências levadas a efeito por diferentes grupos sociais. O interesse em discutir essa problemática decorre do recrudescimento das formas aprimoradas de controle da sociedade no mundo globalizado (THIESEN; SANTANA, 2008). O presente remete ao passado e vice-versa.

Embora tenha um caráter provisório, a concepção de “inteligência informacional” parece há muito tempo ocupar o campo das relações político-institucionais que buscam controlar os comportamentos e instituir modos de vida, aprimorando técnicas e investindo em ações mais objetivas no sentido de organizar sistemas – e, mais recentemente, redes - para seu melhor funcionamento. O contexto das discussões será esboçado a seguir, na tentativa de problematizar a existência de pré-saberes que concorrem para a formalização de um saber sobre a informação.

Campo problemático

³ Michel Foucault mostra as linhas de sua arqueologia: “O campo pré-conceitual deixa aparecerem as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea de conceitos, e, em seguida, mais além ainda, a abundância desses temas, dessas crenças, dessas representações às quais nos dirigimos naturalmente quando fazemos a história das ciências” (FOUCAULT, 1987, p.70)

A informação vê-se no centro das discussões em diferentes momentos da História, seja por sua relevância, seja por sua ausência ou mesmo por seu excesso⁴, mas sempre está presente nos discursos e nas práticas sociais quando se trata de organizar e otimizar ações em prol de benefícios que se dizem coletivos. Pela própria natureza das ideias que a conformam, a “inteligência informacional” torna-se mais (in)visível no universo das prisões desde os oitocentos, mas também nas demais instituições por onde a informação circula, percorrendo um circuito de comunicação documental cuja traçabilidade requer conhecimento especializado. Informação, documento e memória são instâncias que, uma vez articuladas, permitem à História recuperar o passado de indivíduos, grupos e instituições.

No caso específico da Ciência da Informação, pensamos que é fundamental identificar, considerar e analisar suas bases históricas onde parecem residir pré-saberes arqueológicos, demarcando seus caracteres próprios, buscando analisar as condições de existência dos discursos e os campos práticos onde se desdobram. Trata-se, de acordo com Michel Foucault, de fazer uma arqueologia, ou melhor, “a descrição do arquivo”. (FOUCAULT, 1972, p.66).

Nos trajetos percorridos ao longo do tempo, é possível perceber a manifestação de ações institucionais que colaboraram para o aperfeiçoamento crescente de técnicas desenvolvidas visando à produção de um saber de natureza jurídica e identificatória, que denominamos de “inteligência informacional”, hoje tendo atingido graus de aprimoramento excepcionais para se compreender como “inteligência digital”. Como se traduziram tais ações no campo social? Quais as consequências da sua tradução em tecnologias de informação e comunicação nos espaços públicos e privados?

Longe de nos colocarmos na argumentação que alimentaria uma suposta “era da suspeita” onde o mundo se assemelharia ao “Grande Irmão”, ou na aceitação de todos os controles por si justificados com o argumento da garantia de segurança contra atos terroristas, é importante que a pesquisa acadêmica avalie os efeitos desse “panoptismo digital”⁵ na vida do homem contemporâneo e contribua para as discussões sobre a formulação de dispositivos de proteção jurídica aos direitos de privacidade com implicações éticas, individuais e coletivas.

O panóptico – olho que tudo vê - é um termo inventado no final do século XVIII por Jeremy Bentham, filósofo utilitarista e jurista inglês, designando um projeto amplo para a construção de prisões, casas de indústria e escola. O princípio de inspeção se tornaria possível graças à arquitetura do projeto, onde uma torre central abrigaria um vigilante que, pelo olhar privilegiado, inspecionaria todos os internos. O panoptismo, portanto, pressupõe espaços institucionais fechados, dispositivos de controle e a produção de saber sobre os internos.

Metáfora do controle dos indivíduos, em suas virtualidades, o termo ganhou, pouco a pouco, o imaginário do universo das inovações tecnológicas, tendo como pano de fundo as mutações do capitalismo. A ideia original foi formulada no sentido de antecipar e prever eventuais crimes e desvios a serem cometidos, vigiando os comportamentos e estabelecendo mecanismos disciplinares direcionados a despertar e aperfeiçoar o gosto pelo trabalho. Dispositivo típico da sociedade disciplinar caracterizada por Foucault, o panóptico ganha outros contornos à medida

⁴ Se a ausência de informação conduz inevitavelmente ao esquecimento, em suas diferentes modalidades – silêncio, apagamento, (in)verdades, omissões, rasuras etc., com repercussões no plano individual e sobretudo no social – é razoável afirmar que o seu oposto, traduzido por cargas excessivas de informação, produz os mesmos efeitos.

⁵ A expressão *panoptismo* se popularizou graças aos estudos de Michel Foucault, em especial *Vigiar e punir: o nascimento das prisões* (1993) e *A verdade e as formas jurídicas* (1996). Para conhecer a experiência brasileira relativa ao jurista e sua influência nas discussões que antecederam a elaboração do Código Criminal do Império, de 1830, ver RIBEIRO (2005). Sobre as diversas tentativas de construção de prisões, no Brasil, segundo os princípios do panóptico, ver THIESEN (2010b) e ARAÚJO (2009).

que as antigas instituições que lhe deram vida passam por transformações, da fábrica às escolas, aos asilos, às prisões, aos hospitais, à caserna. Tais instituições não deixaram de existir, mas sua crise é evidente e suas mudanças encontram-se em curso⁶.

A sociedade que a sucedeu, denominada por Deleuze de “sociedade de controle”, a partir das idéias esboçadas por Foucault mas não finalizadas em vida, pode ser caracterizada pelo regime de verdade que a define, não mais o confinamento, mas o controle contínuo e a comunicação instantânea (DELEUZE, 1992, p. 216). Entrevistado por Antonio Negri, em “Controle e devir” Deleuze explica que a cada sociedade pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: “as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle”. (DELEUZE, 1992, p. 216)

Apesar de ser uma entrevista datada do início da década de 1990, Deleuze já vislumbrava os agenciamentos coletivos em curso e os “universais da comunicação”. Seguindo a análise de Foucault, segundo a qual todo poder oferece resistências, Gilles Deleuze denuncia o domínio da comunicação pelo dinheiro e explica: “criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle” (DELEUZE, 1992, p.217). Esse controle contínuo do qual se fala é exercido por empresas (não mais a fábrica), em meio aberto, cuja linguagem não é mais analógica (mas numérica), os controles são modulações que substituem a antiga técnica do exame: “a linguagem numérica do controle é feita de cifras, de senhas que marcam o acesso à informação, ou a rejeição”.

Questões econômicas (empresas detentoras de informações) e formas de sociabilidade (usuários de redes de computadores e sites de relacionamentos) parecem dialogar em aparente harmonia. Uma espécie de retroalimentação consentida parece desconhecer que o acúmulo de informações públicas e privadas em mãos de grandes empresas, que visam prioritariamente ao lucro de seus acionistas e o predomínio no mercado de bens culturais, pode trazer consequências danosas não apenas aos indivíduos, mas à produção de conhecimento acumulado, à memória do saber. Tal fenômeno vem sendo chamado de *googlelização* e se explica pelo alcance dessa megaempresa em busca do monopólio da informação na Internet, a “rede das redes”.

Estão em jogo, na verdade, valores como identidade e liberdade, direitos autorais e disponibilidade de fontes para pesquisa, vale dizer, a sobrevivência de materiais da memória coletiva e da história. Estes últimos passam a se concentrar em mãos de uma única organização que, após receber gratuitamente os dados que coleta junto a arquivos e bibliotecas, cobra valores dos usuários desse empreendimento como se os tivesse produzido.

É preciso considerar que, se incontáveis avanços tecnológicos foram produzidos viabilizando tais projetos, da mesma forma inumeráveis esforços no campo da pesquisa e na produção de saberes foram realizados e preservados como conhecimento público. Portanto, pelo menos duas problemáticas se cruzam nessa discussão. A primeira diz respeito à redocumentarização e suas eventuais consequências sociais. A segunda se refere ao monopólio do acesso à informação. Ambas se formalizaram em consequência ou como subprodutos da inteligência informacional. Vejamos algumas ideias, fatos e acontecimentos que podem sustentar tal argumentação, num movimento do presente ao passado.

⁶ Deleuze menciona novas formas de tratamento dos indivíduos em hospitais (hospitais-dia) e asilos abertos, as escolas de “formação permanente e controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário”, bem como as mutações do trabalho temporário (a domicílio, precarizado e exercido em *call centers*, por exemplo) e as novas formas de circulação e de distribuição de produtos.

Construindo um trajeto

Ao buscar um modo de esboçar o trajeto que nos levaria do construto informação à inteligência informacional, e desta à inteligência digital como sua forma mais aprimorada, utilizaremos a concepção de traçabilidade. Por sua significação técnica e metodológica, poderá facilitar a expressão daquilo que constitui a primeira problemática a ser aqui discutida, ou seja, a *indexação* consentida de dados individuais por parte dos próprios usuários das redes sociais, especialmente as que alimentam os sites de relacionamento. Essa “capacidade (de um produto, de uma pessoa ou de um objeto) de ser seguido” (REY, 2006, p. 1346), pelos traços produzidos pelos próprios indivíduos de forma consciente ou não, efetiva-se no uso da Internet.

A concepção de redocumentarização, como imposição do mundo digital, constitui um processo que consiste em “tratar novamente um documento ou uma coleção de documentos rearticulando os conteúdos segundo o uso ou a interpretação do usuário” (ARNAUD; MERZEAU, 2009, p.186). Essa outra ordem documentária somente pode ser definida em sua estreita relação com os dispositivos existentes na sociedade em diferentes épocas. A Ciência da Informação teria se iniciado “num movimento de documentarização⁷, no momento em que a explosão de documentos levou à construção ou ao desenvolvimento de técnicas de gestão documentária: biblioteconomia, documentação, arquivística, ciência administrativa” (SALAÜN, 2009, p.3). A traçabilidade de seu ciclo passa por uma série de procedimentos visando à transposição do documento tradicional para o meio digital. (SALAÜN, 2009). Portanto, é preciso entender a redocumentarização articulada à produção concomitante de traços. Como se dá esse processo?

O pensamento da traçabilidade é uma mutação do ambiente digital e se organiza a partir de traços produzidos por signos, mensagens e documentos. Merzeau explica que “a impressão digital⁸ é automaticamente produzida na ocasião de um cálculo, de uma codificação ou de uma conexão, frequentemente sem que o sujeito tenha consciência” desse processo. (MERZEAU, 2009, p.24)

Isto porque, em qualquer passo dado na rede das redes, o traço produz sempre uma assinatura invisível, independentemente da vontade do navegador ou usuário. Esta marca é um traço, mas também uma impressão, uma identidade única. Se, por um lado, no caso dos *blogs* “cada usuário é um autor potencial”, é também um “alvo potencial dos poderes econômicos e políticos que buscam cercar seu comportamento” (MERZEAU, 2009, p.25). A fronteira entre a redocumentarização e a vigilância torna-se cada vez mais indiscernível.

Louise Merzeau explica que a “migração das identidades sobre as redes abrange muito mais que a vida privada. Ela é de domínio político, até mesmo quando diz respeito apenas a trocas interpessoais”. A questão é saber o que há por trás da aparente circulação dos traços e, como afirma a autora, “importa denunciar a opacidade dos controles e dos interesses” em jogo (MERZEAU, 2009, p.26).

⁷ Documentarizar, termo que Salaün prefere a documentar, significa tratar o documento em suas fases tradicionais, como “catalogar, classificar, resumir, etc., com vistas a otimizar o uso do documento permitindo um melhor acesso a seu conteúdo assim como uma melhor contextualização”. (SALAÜN, 2009)

⁸ É importante distinguir a *impressão digital* que integra a datiloscopia, utilizada sistematicamente há mais de um século para identificar os indivíduos, em que as impressões dos dedos são registradas em papel. Por sua unicidade identitária constitui, desde então, uma das principais técnicas de identificação criminal, hoje aperfeiçoadas pela biometria. A impressão digital (*empreinte numérique*) citada por Merzeau, por outro lado, é produzida por cálculo no processo de conexão digital na Internet e constitui um dispositivo da era contemporânea.

Por outro lado, no que se refere ao acesso à informação em meio digital, chama a atenção a existência de empresas privadas com projetos e atividades de alcance mundial, atuando em diversas vertentes do uso de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da Internet⁹, tais como sites de relacionamento (Orkut), navegador (Google Chrome), Webmail (Gmail), serviço de geo-referenciamento (Google Maps, Google Earth) e outros serviços como o Google Labs, Google Alerts, Google Images, Google Sports, Google Finance, Google Arts etc. A concentração de informações privadas e públicas nas mãos da empresa Google levanta a discussão sobre o monopólio de bens culturais e do acesso à informação, bem como sobre o futuro dos livros e das bibliotecas.

Um dos empreendimentos mais polêmicos dessa empresa é certamente a Biblioteca Digital do Google, pelas diversas implicações que daí poderão decorrer. Sabe-se que essa grande organização vem digitalizando livros de várias bibliotecas de pesquisa e, até onde se tem notícia, já atingiu a escala de milhões. Através do Google Book Search, torna-se possível o acesso aos bancos de dados digitalizados. Tal projeto anteriormente em curso formalizou-se *a posteriori* a partir de “acordos assinados com cinco bibliotecas de pesquisa – a Biblioteca Pública de Nova York, a Bodleiana, de Oxford, e as Bibliotecas de Harvard, Michigan e Stanford” – de modo a digitalizar seus livros” (DARNTON, 2010, p.51).

Professor e pesquisador americano, um dos maiores especialistas em História do Iluminismo e História do Livro, em sua obra mais recente, Robert Darnton (2010) dedica-se à discussão em torno do livro em suas múltiplas formas. Como atual diretor da Biblioteca da Universidade Harvard, tendo encontrado o referido acordo já assinado, levanta problemas relevantes, com os quais vem se defrontando na investidura do cargo, dirigidos aos desavisados: “O Google pode saber mais sobre nós do que a CIA, o FBI e a Receita Federal.” (DARNTON, 2010, p. 63) Sua preocupação se relaciona ao uso dos dados, caso venham a estar em mãos do Estado¹⁰. Aqui as duas problemáticas se encontram: a traçabilidade e a redocumentarização, por um lado, e o acesso à informação por outro.

Vale ressaltar que a redocumentarização, enquanto tratamento digital de livros e coleções, vem sendo objeto de inúmeros projetos de ampla envergadura, no sentido de promover o uso público da memória do saber produzido ao longo dos séculos e de interesse incontestável para a pesquisa científica. É o caso, por exemplo, da Biblioteca Digital Universal (sob os auspícios da UNESCO), do *Projeto Gutenberg*¹¹, *Projeto Resgate*¹², *Projeto Memórias Reveladas*¹³, entre

⁹ Aqui mencionamos apenas a maior empresa, para fins de argumentação, mas há outras com perfil similar, como se sabe.

¹⁰ Lembremos com Darnton que, em função dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, em Nova York, o governo norte-americano de George Bush estabeleceu o *Patriot Act* - "Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001" - documento com força de lei que prevê nas suas 132 páginas o acesso aos dados privados da sociedade americana. Entre outras permissões ali contidas, o Congresso aprovou “a invasão de lares, espionagem de cidadãos, interrogações e torturas de possíveis suspeitos de espionagem ou terrorismo, sem direito a defesa ou julgamento. As liberdades civis com esse ato são removidas do cidadão”. (ver http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_cong_public_laws&docid=f:publ056.107.pdf)

¹¹ O *Projeto Gutenberg* foi criado por Michael Hart, em 1971. É considerado pioneiro na disponibilização de e-books na Internet.

¹² O *Projeto Resgate no Arquivo Histórico Ultramarino* contém “toda a documentação avulsa, os códices e as coleções de cartografia e iconografia” relativa ao Brasil existente no AHU, devidamente catalogada, microfilmada e digitalizada. (http://www.cmd.unb.br/resgate_ahu.php).

¹³ Já o *Projeto Memórias Reveladas: Centro de Referência das lutas políticas no Brasil (1964-1985)*, sediado no Arquivo Nacional, foi institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República, “com a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente do País”. Para o cumprimento de seus objetivos, o projeto vem formando uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas, com a participação de inúmeras

inúmeras outras iniciativas que, de alguma maneira, alimentam o velho sonho que mobilizou o mundo antigo para edificar a Biblioteca de Alexandria. Para o desenvolvimento de tais projetos, acordos nacionais e internacionais são firmados, de forma transparente e sem finalidades essencialmente lucrativas. A cooperação entre universidades, centros de pesquisa, bibliotecas, arquivos, diferentes países e estados descentraliza o acesso à informação pública.

Verifica-se assim uma outra forma de organização, partilhamento e disseminação de informações públicas gerenciadas de maneira transparente e contemplando aspectos jurídicos, tais como o direito à informação e os direitos autorais. Aqui a redocumentarização e a traçabilidade constituem o lado “luz” do acesso à informação na Internet, contrapondo-se frontalmente ao processo de *googlização* que, atendendo necessidades de acesso ao conhecimento registrado, acaba por monopolizá-lo¹⁴. O projeto dessa empresa atua, como se vê, em duas pontas: de um lado, do conhecimento público sob seu domínio; de outro, do conhecimento privado dos indivíduos usuários de seus serviços, constituindo o que já foi chamado de “arquivo organizado de individualidades” (ERTZSCHEID, 2009).

A constituição de uma identidade digital, como “coleção de traços (escritos, conteúdos de áudio e de vídeo, mensagens em fóruns, identificadores de conexão, compra ou consulta...)” se dá à medida que navegamos e empreendemos trocas. O autor mesmo alerta: “uma vez ‘remixados’ pelos motores de busca ou sites de redes sociais, os traços definem o perímetro de nossa reputação digital” (ERTZSCHEID, 2009, p.35). Nessa mesma direção, Milad Douiehi alerta para os riscos que correm os usuários: “O Google guarda doravante o controle total da integralidade do arquivo e pode escolher deslocar seu conteúdo ou a sua análise como bem entender”. (DOUIEHI, 2008, p.219)

‘Inteligência informacional’ e Ciência da Informação: descontinuidades

A existência de atividades secretas e de inteligência no Brasil é atestada pela História de forma esparsa e discreta. Alguns fragmentos, no entanto, permitem comprovar o exercício de certas atividades conduzidas nessa direção. Através de sua “polícia secreta”, Eusébio de Queiroz montou uma rede de informações na Corte, utilizando o sistema de recompensas, conforme apontado por Thomas Holloway (1997, p.161). É interessante compreender a origem das ideias e a formação do pensamento oitocentista. Eusébio de Queiroz fora o mais temível Chefe de Polícia no Império (1832-1844) e, posteriormente, Ministro da Justiça (1848). Personagem conhecido na história por ter promulgado, em 1850, a lei que proibiu o tráfico atlântico de escravos, chamada Lei Eusébio de Queiroz, este acumulou diferentes funções de governo no século XIX, entre elas a de juiz de direito. Sabe-se que, após ter deixado o cargo, Eusébio deixou também como herança uma estrutura que foi aperfeiçoada ao longo do tempo (ARAUJO, 2009, p.140).

Eusébio conhecia o mundo do crime como poucos, mas também as teorias da criminalidade discutidas por seus contemporâneos. Consta que bem cedo percebeu “a importância da política de informações para debelar estratégias escravas, sejam de rebelião ou de ocultamento para controlar a população livre e liberta de origem africana na cidade (SOARES, 2004, p.491). Usou a chibata, com o máximo de rigor, mas também “agentes infiltrados para desarticular qualquer

entidades públicas e privadas, incluindo arquivos, museus, centros de documentação etc. (www.arquivonacional.gov.br/).

¹⁴ A empresa Google inclui a digitalização de livros protegidos por *copyright* usando a estratégia perversa de “dividir a receita com os reclamantes que processam a empresa”. O contencioso aberto inclui diversos países.

organização oculta de pretos e africanos”, o que se denominou de “guerra de informações” e, para ganhá-la não hesitou em definir estratégias para melhor conhecer o que se passava tanto nas ruas, lugar de “capoeiragem e correrias” de maltas, mas também o que ocorria “por trás das portas fechadas das casas habitadas e alugadas por africanos e seus próximos” (SOARES, 2004, p.492).

Já na condição de Ministro da Justiça, inaugura a Casa de Correção da Corte, em 1850, para onde enviava os capoeiras e os que desafiavam o cumprimento da ordem. São conhecidos os processos de identificação então desenvolvidos com vistas a conhecer o perfil dos prisioneiros em seus mínimos detalhes, desde a sua entrada na instituição (THIESEN, 2008). Conhecedor da obra de Jeremy Bentham que foi lida e discutida nos tempos mais tumultuados da década de 1830, parece ter colocado em prática lições que aprendeu com o filósofo e jurista inglês sobre a organização dos registros informacionais, mas também sobre o sistema de penas e recompensas, a delação como forma louvável de se obter informações, prevista inclusive na proposta benthamiana de uma Escola Chrestomática¹⁵.

Sabe-se que a obra do jurista foi muito discutida na corte imperial quando da formulação do Código Criminal de 1830, mas também nos anos que se sucederam quando foram debatidas as ideias que culminaram na reforma das prisões e na criação da Casa de Correção da Corte, do Instituto de Menores Artesãos (BRAGA, 2010), assim como na reforma e na institucionalização da polícia (SOARES, 2010).

O segredo, o silêncio e a informação andavam par a par nas atividades de controle e vigilância, gerando saberes que davam sustentação aos governos e ao Estado. As atividades de inteligência ali testadas e desenvolvidas aperfeiçoaram-se nas décadas seguintes, dando lugar na virada do século às ações que culminaram na criação do Gabinete de Identificação (PATRASSO, 2010), posteriormente Instituto Félix Pacheco. Tratava-se então de

uma seção de caráter, ao mesmo tempo, policial e judiciário, que tinha por função representar os mecanismos de controle e repressão da Capital Federal, isto é, a cidade do Rio de Janeiro, formando um elo entre as delegacias e as promotorias, registrando os movimentos criminais e identificando individualmente os detidos pela polícia. Sendo assim, seus registros seriam usados não somente para fins estatísticos, mas também para orientar as autoridades locais com o fornecimento de informações a respeito de recalcitrantes e indivíduos tidos como habituados a infringir a lei penal (PATRASSO, 2010, p.2).

Em que momento da história, em que condições e por quais razões a Ciência da Informação se destaca do fundo comum do conhecimento já existente e inaugura um campo próprio como disciplina científica? Embora essa questão não possa ainda ser respondida em sua plenitude, nos

¹⁵ Chrestomathia é um termo de origem grega, que significa “o que conduz à aprendizagem útil” e constitui ao mesmo tempo “o título de um livro sobre educação, um projeto geral de educação constituído das melhores partes de planos precedentes de ensino, e a definição da integralidade de um programa para uma escola chrestomática”. (CLÉRO; LAVAL, 2002, p.19). Sobre o projeto dessa escola ver BENTHAM, Jeremy. *Chrestomathia*: recueil de feuillets qui expliquent le projet d’une institution destinée à être mise en œuvre sous le nom de Externat Chrestomathique ou École Chrestomathique pour l’extension du nouveau système d’instruction aux branches supérieures de l’enseignement, à l’usage des rangs moyens et supérieurs de la vie. Traduction, notes et introduction de Jean-Pierre Cléro. Paris: Cahiers de l’Unévêvue, 2004. Ver também THIESEN & MIRANDA (2009).

limites deste trabalho e no estágio atual da pesquisa¹⁶, diversos estudos mostram que as relações entre ciência, público e Estado estreitaram-se no contexto da Guerra Fria, quando a informação científica passou a ser objeto de preocupação por parte dos governos e da sociedade em geral, num duplo movimento informacional que, de um lado atendia aos anseios da sociedade pelos rumos da ciência e, de outro, dos governos que procuravam “segurar as rédeas” do desenvolvimento científico e tecnológico, para sobre eles exercer um rígido controle.

Isto porque as relações de força decorrentes do pós-guerra tornaram-se tensas nas disputas de poder, desde então dividido especialmente, mas não apenas, entre norte-americanos e soviéticos. O marco histórico da institucionalização da ciência no século XX se explica especialmente pelo domínio do conhecimento da bomba atômica, cujos riscos implicados não se poderia mais correr. A experiência do Holocausto havia marcado definitivamente os limites entre o conhecimento e seu uso. Criam-se então institutos de pesquisa, ministérios, conselhos, sociedades científicas, cursos de pós-graduação, etc. Daí se dizer que a Ciência da Informação¹⁷, cuja emergência se dá nesse contexto, “é filha da guerra”. (PINHEIRO, 1997).

Este parece ser o ponto de ruptura na história da ciência. Se diversos saberes sobre a informação com valor de inteligência para fins de investigação e controle social se acumularam durante séculos, respondendo a diferentes problemáticas e contextos históricos, em meados do século passado foi instituída a ciência que se dava por objeto a informação, mas a informação científica - objeto com a qual se inaugurou a Ciência da Informação, hoje preocupada com um leque de problemas de informação que transbordam o epíteto “científica”. Mudou o texto, assim como o contexto e o pretexto¹⁸.

Nos seus estudos de epistemologia histórica, Gaston Bachelard chama a atenção para a ilusão da continuidade entre conceitos. “Falar cientificamente a linguagem científica” é vital para sermos entendidos no mundo da ciência, “traduzindo os termos da linguagem comum em linguagem científica”. A existência de muitos termos científicos entre aspas “é um sinal de ruptura, de uma descontinuidade de sentido, de uma reforma do saber”. (BACHELARD, 2006, p. 201) Longe de nos propormos a indicar tal ruptura, preferimos utilizar a concepção de “inteligência informacional” entre aspas, pela provisoriade de sua significação e pelo estágio desta pesquisa.

Artigo recebido em 02/12/2010 e aprovado em 11/01/2011.

Referências

¹⁶ A existência de um sistema de informações com valor de inteligência, na Corte do Império no Rio de Janeiro, foi objeto de trabalhos anteriores (THIESEN, 2008). Na República houve também inúmeras atividades de espionagem que se aperfeiçoaram ao longo tempo, tendo seu ponto culminante nas Ditaduras de Vargas e na de 1964, mas não apenas (THIESEN; SANTANA, 2008). Em futuros trabalhos a historicização desses empreendimentos será evidenciada.

¹⁷ Sobre a institucionalização da Ciência da Informação no Brasil, ver os estudos de ODDONE (2004); FERNANDES (1993, 2005); NEVES (1992), entre outros.

¹⁸ Essa hipótese, no entanto, não exclui algumas permanências que se configuram em estudos de inteligência econômica, competitiva ou similares, mas que não se identificam necessariamente com a Ciência da Informação desenvolvida no Brasil e em vários outros países.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cárceres imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861*. São Paulo: UNICAMP, 2009.

ARNAUD, Michel; MERZEAU, Louise. Glossaire. In: ARNAUD, Michel; MERZEAU, Louise (coords.), *Hermès*, n.53, Traçabilité et Réseaux, Paris, CNRS Éditions, avril 2009. pp. 185-186.

BACHELARD, Gaston. *A Epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2006. (O Saber da Filosofia)

BENTHAM, Jeremy. *Chrestomathia*: recueil de feuillets qui expliquent le projet d'une institution destinée à être mise en œuvre sous le nom de Externat Chrestomathique ou École Chrestomathique pour l'extension du nouveau système d'instruction aux branches supérieures de l'enseignement, à l'usage des rangs moyens et supérieurs de la vie. Traduction, notes et introduction de Jean-Pierre Cléro. Paris : Cahiers de l'Unébévue, 2004.

_____. Panóptico : memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. Trad. de Ana Edite Ribeiro Montoia. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.7, n.14, mar./ago. 1987.

CLÉRO, Jean-Pierre; LAVAL, Christian. *Le vocabulaire de Bentham*. Paris : Ellipses, 2002.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro : Ed.34, 1992.

DOUEIHI, Milad. *La grande conversion numérique*. Paris : Éditions du Seuil, 2008. (La Librairie du XXIe Siècle)

ERTZSCHEID, Olivier. L'homme, un document comme les autres. In: ARNAUD, Michel; MERZEAU, Louise (coords.), *Hermès*, n.53, Traçabilité et Réseaux, Paris, CNRS Éditions, avril 2009. pp. 33-40.

FERNANDES, Geni Chaves. *O que é Ciência da Informação: identificação através de relações conceituais a partir de três visões*. Dissertação (Ciência da Informação). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO; CNPq/IBICT, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. Resposta a uma questão. *Tempo Brasileiro*, n.28, jan.-mar. 1972, p.57-81.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1996.

_____. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Vigiar e punir: o nascimento das prisões*. 10ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *Ciência da Informação*, v.32, n.1, p.60-77, 2003.

- HOLLOWAY, Thomas H. *A polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- LAMIZET, Bernard; SILEM, Ahmed. *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication*. Paris : Ellipses, 1997. p.200-201.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Os termos-chave da análise do discurso*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- MATTELART, Armand. *La globalisation de la surveillance : aux origines de l'ordre sécuritaire*. Paris : La Découverte, 2007.
- MERZEAU, Louise. Du signe à la trace : l'information sur mesure. In : ARNAUD, Michel; MERZEAU, Louise (coords.), *Hermès*, n.53, Traçabilité et Réseaux, Paris, CNRS Éditions, avril 2009. pp. 23-29.
- NEVES, Teodora Marly Gama das. *Histórias e temáticas do Curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBICT*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO; CNPq/IBICT, 1992. Dissertação (Ciência da Informação).
- ODDONE, Nanci Elizabeth. *Ciência da Informação em perspectiva histórica: Lydia Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)*. Rio de Janeiro: CNPq/IBICT; UFRJ/ECO, 2004. Tese (Ciência da Informação).
- PATRASSO, André Luis. *O Gabinete de Identificação: métodos de informação criminal (1894 – 1907)*. Subprojeto de pesquisa desenvolvido pelo bolsista de iniciação científica. Relatório parcial. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *A ciência da informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1997. Tese (Comunicação e Cultura).
- REY, Alain (dir.). *Dictionnaire d'apprentissage de la langue française : Le Robert Micro*. Paris : Dictionnaires Le Robert, 2006.
- RIBEIRO, João Luís. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- SALAÛN, Jean-Michel. La redocumentarisation, un défi pour les sciences de l'information. *Études de Communication*, 30 [En ligne], mis en ligne le 01 octobre 2009 : <http://edc.revues.org/index428.html>. Consulté le 12 novembre 2009.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2004.
- SOARES, Joice de Souza. *A polícia na Corte Imperial: entre informar, vigiar e punir (1833-1841)*. Subprojeto de pesquisa desenvolvido pela bolsista de iniciação científica (PIBIC). Relatório parcial. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.
- THIESEN, Icléia. Inteligência informacional: revisitando a informação na história. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, IX, 2008, São Paulo – SP. *Anais...* São Paulo: USP, 2008.

_____. *A informação na pré-história da Ciência da Informação: pré-conceito, natureza, episteme*. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009.

_____. Informação, documento, arquivo: (re)pensando dispositivos institucionais. *Colóquios de Pós-doutorado Instituições, dispositivos e mediações*. Rio de Janeiro: IBICT, 29-31 de março de 2010a. [pré-print]

_____. Jeremy Bentham et la réforme des prisons au Brésil : l'expérience de la Maison de Correction de la Cour. *Revue d'Études Benthamiennes*, n.6, janvier-février, Centre Bentham (Paris), 2010b, p.79-92. Disponível em : <http://revue.centrebentham.fr>

THIESEN, Icléia; MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. Jeremy Bentham e a classificação do conhecimento: elementos para as bases histórico-epistemológicas da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, X, 2009, João Pessoa – PB. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2009

THIESEN, Icléia; SANTANA, Marco Aurélio. Do exame à identificação ou do panóptico ao banóptico: memória e representações. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, XIII, 2008, Rio de Janeiro-RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

WERNER, Michael; Zimmermann, Bénédicte. Penser l'histoire croisée : entre empirie et réflexivité. *Annales : Histoire, Sciences Sociales*. Paris : EHESS, 2003, v.58, n.1, p. 7-36. Disponível em : http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=ANNA&ID_NUMPUBLIE=ANNA_581&ID_ARTICLE=ANNA_581_0007. Acesso em: 15 de junho de 2010.